



CÓD: OP-034AB-23
7908403534876

SEE-AC

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ACRE - AC

PProfessor PNS- P2-
Pedagogia ou Normal Superior

EDITAL Nº 001 SEAD/SEE, DE 23 DE MARÇO DE 2023

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos.. Tipologia textual. Relação entre a linguagem verbal e as outras linguagens	7
2. Ortografia oficial.	16
3. Acentuação gráfica.	17
4. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.	17
5. Emprego do sinal indicativo de crase.....	25
6. Sintaxe da oração e do período.	25
7. Emprego dos sinais de Pontuação.	28
8. Concordância nominal e verbal.	29
9. Regência nominal e verbal.....	31
10. Significação das palavras. Semântica.	32
11. Redação de correspondências oficiais.	32
12. Reescritura de frase.	41
13. Função social da linguagem.....	42
14. Variação linguística.	43
15. Mecanismos de organização textual: coesão e coerência.	44
16. Figuras de linguagem.	44

História e Geografia do Acre

1. História, Historiografia e Realidade Étnica e Social do Acre: A anexação do Acre ao Brasil. O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha e a insurreição. Organização social do Acre e expressão literária. A chegada dos “paulistas” nas terras acreanas a partir dos anos 1970 do século passado: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano. Comemorações cívicas.	57
2. Política e Economia do Acre: Indicadores Socioeconômicos: Economia, Produto Interno Bruto, Evolução das Ocupações e do Emprego, População.	61
3. Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre.	68
4. Geografia do Acre: Amazônia e características gerais: O espaço acreano. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites. O território do Acre, municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios. Relevo, vegetação e suas características, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre.	68
5. Hidrografia: Bacia Amazônica e principais rios do Acre.	78
6. Modos de vida no campo e na cidade.	79

Conhecimentos Específicos

Professor PNS - P2 - Pedagogia ou Normal Superior - Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)

1. Didática; O papel da didática na formação profissional do professor.	83
2. Fundamentos Legais e Teóricos da Educação.	86
3. As Concepções de Educação e suas Repercussões na Organização do Trabalho Escolar.	92
4. Didática e Tendências Pedagógicas no Brasil.	99
5. A interação entre o professor e o estudante.	100
6. O processo de ensino.....	104
7. O planejamento da ação didática.	104
8. Avaliação da aprendizagem.	104
9. Relação professor – aluno – conhecimento.	113
10. Competência e compromisso do educador.	113
11. O trabalho com o conhecimento escolar – interdisciplinariedade – transposição didática.	114
12. Concepções de currículo: teorias críticas e pós-críticas.	114
13. A função social da escolar.	126
14. A relação escolar/comunidade.	128
15. O pedagogo na escola básica.....	141
16. Desenvolvimento e Aprendizagem: Concepções de Aprendizagem.	141
17. Construção das estruturas cognitivas – as contribuições de Piaget.	146
18. Desenvolvimento das funções psíquicas superiores – as contribuições de Vygotsky.	146
19. Princípios Metodológicos.	149
20. Alfabetização: concepções epistemológicas.	149
21. Os processos construtivos da leitura e da escrita.	149
22. Aspectos metodológicos da alfabetização.	150
23. Avaliação da aprendizagem no processo de alfabetização.	152
24. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais.	152
25. Alfabetização e Letramento.	162
26. Linguagem oral e escrita.	168
27. Produção de textos.	173
28. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem.	177
29. A alfabetização nos diferentes momentos históricos.	182
30. A função social da alfabetização.	186

Matemática

1. Espaço e Forma: localização de pessoas ou objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referência e alguma indicação de posição, direção e sentido	197
2. Identificação de características do cubo e do quadrado.....	198
3. Análise de representações em malha quadriculada e fornecimento de instruções para localização e movimentação de um objeto ou pessoa no espaço usando terminologia própria.....	199
4. Análise de representações em malha quadriculada, usando coordenadas.....	200
5. Percepção de semelhanças e diferenças entre esferas, cilindros, cubos, cones, paralelepípedos, prisma de base triangular e pirâmide em situações que envolvam descrições orais, exploração de figuras e representações	200

ÍNDICE

6. Identificação de elementos como faces, vértices e arestas de poliedros como pirâmides, cubos e paralelepípedos e outros prismas, em situações que envolvam descrições orais, exploração de figuras e representações	207
7. Identificação de planificação de figuras tridimensionais como cubo, paralelepípedo, pirâmide	209
8. Identificação de triângulo, quadrados retângulos, pentágono e círculos, nas faces planas de uma figura tridimensional, reconhecendo lados e ângulos dos polígonos	210
9. Descrição, interpretação e representação da movimentação de uma pessoa ou objeto no espaço e construção de itinerários	217
10. Escrita numérica: as hipóteses infantis	218
11. A função social dos números	218
12. Construção de fatos básicos da adição, da subtração, da multiplicação e da divisão a partir de situações problema.....	218
13. Leitura e produção de escritas numéricas.	228
14. Desenvolvimento de procedimentos de cálculo: mental, escrito, exato e aproximado	228
15. Leitura e representação de tabelas e gráficos, localização e interpretação de dados neles contidos	228
16. Resolução de situações-problema envolvendo grandezas como: massa, comprimento, capacidade, temperatura	233
17. Orientações metodológicas para o estudo da Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental.	235

Ciências

1. Ambiente: semelhanças, diferenças e elementos em comum nos diversos ambientes.	275
2. Seres vivos (inter-relação).	275
3. Equilíbrio ecológico.....	276
4. Biodiversidade.	276
5. Recursos naturais.	277
6. Importância da preservação.	277
7. Ser humano e saúde: fases da vida, alimentação e higiene sistema imunológico, modos de transmissão e prevenção de doenças contagiosas.	278
8. Recursos tecnológicos: aproveitamento do solo, água e alimentos.	280
9. Orientações metodológicas para o estudo da Ciências nos anos iniciais do ensino fundamental.	280

História e Geografia

1. O educando: o autoconhecimento e o lugar que o educando ocupa em seu contexto familiar e na escola.....	287
2. O espaço imediato: participação do educando como ser social, político e histórico; a presença da cultura nos modos de ser e de fazer de seu povo	287
3. História e cultura Afro-Brasileira.....	288
4. Deslocamentos populacionais	288
5. Grupos étnicos e lutas sociais	290
6. Organizações políticas e administrações urbanas.....	290
7. Linguagem cartográfica: leitura de mapas	291
8. Modos de vida no campo e na cidade	291
9. Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade	291
10. Apropriação e transformação da natureza	292
11. Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município, no estado e no país.....	292
12. Orientações metodológicas para o estudo de História e Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental.....	292

Conteúdo Digital

Legislação

1. Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente	5
2. Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	43
3. Lei Federal nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação	59
4. Resolução CNE/CP nº 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnicoraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	74
5. Lei Federal nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	84
6. Resolução CNE/CEB nº 04/09 - Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Especial	101
7. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	102
8. Resolução CEE/AC nº 277/2017 - Altera no que couber a Resolução CEE/AC nº 166/2013 que estabelece normas para a Educação Especial, no tocante ao atendimento de pessoa com deficiência ou altas habilidades nas Escolas de Educação Básica do Estado do Acre	109
9. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica	117

Conteúdo Digital

- Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

A situação de tutela política sobre a sociedade acreana, entretanto, mantinha-se inalterada. Nem mesmo o novo período de prosperidade da borracha, provocado pela Segunda Guerra Mundial, foi capaz de modificar esse quadro. Durante três anos (1942-1945), a “Batalha da Borracha” trouxe mais famílias nordestinas para o Acre, repovoando e enriquecendo novamente os seringais. Essa melhoria do contexto econômico fez com que os anseios autonomistas ganhassem nova força e, em 1962, depois de uma longa batalha legislativa, o Acre ganhou o status de Estado e o povo passou a exercer plenamente sua cidadania.

Sulistas no Acre

Os anos 70 e 80 desenharam outro contexto para o Acre com a vinda dos chamados “paulistas”. Essa identidade foi atribuída de forma genérica a grandes empresários sulistas e migrantes rurais que vieram para o Acre com objetivo de especular com a compra de grandes seringais. É importante salientar que, apesar de número razoável de pessoas oriundas das regiões Sul e Sudeste para os Projetos de Colonização, houve um grande número de pessoas residentes em áreas de florestas ou rurais dirigidas para os Projetos de Assentamento. Nesse sentido, os assentamentos serviam para atenuar pressões do Sul e Sudeste, mas principalmente das existentes no Acre, pela qual muitas pessoas foram mortas e expulsas de suas terras.

Embora dados do Incra indiquem a atual existência de concentração de áreas nas mãos de grandes proprietários, mesmo dentro dos projetos de colonização, esse fato não ocorria na época da criação deles. Naquela oportunidade, esses espaços foram loteados e ocupados por famílias pobres e sem-terra, basicamente seringueiros e posseiros.

Pressões vindas de vários segmentos sociais contribuíram para a criação dos projetos de colonização do Acre, entre os quais se destacaram os ex-seringueiros e posseiros expulsos dos seringais por ocasião do processo de transferência das terras acreanas para os fazendeiros do Centro-Sul.

Em meados de 70 do século XX, as tensões entre pecuaristas e latifundiários de um lado e seringueiros do outro fomentaram a expropriação destes dos seringais, dando origem a um contingente de desempregados nos bairros e no entorno das cidades acreanas. Parcela significativa de famílias migrou para os seringais da Bolívia, ali constituindo família e criando novas identidades. Esse novo ator social foi designado por um grupo de estudiosos como “brasivianos”. Contexto diferente ocorreu nos anos 80, quando os seringueiros passaram a se organizar politicamente devido as fortes tensões e pela expropriação de suas terras e da proibição do uso dos recursos naturais.

Ao custo de muitos conflitos e mortes, a sociedade acreana conseguiu redirecionar o modelo econômico implantado pelos militares na década de 60. O assassinato de líderes representativos como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, entre outros, evidenciou a força da reação da sociedade local aos agentes externos e produziu o recuo daqueles investidores que apenas buscavam exploração de curto prazo dos recursos naturais e da força de trabalho.

A partir dos últimos anos da década de 70 e durante os anos 80 e 90, o Acre passou a ser o cenário de inúmeras experiências inovadoras de gestão de recursos naturais e investimentos sociais, em parceria com instituições nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo em que defendiam seus direitos, os diversos grupos sociais elaboravam novas propostas que foram sendo implementadas, em pequena escala, em todo o Estado.

Os conflitos foram se tornando cada vez mais explosivos e, em 1980, Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, foi assassinado. Muitas outras mortes ocorreriam, culminando com a de Chico Mendes, em 1988, que provocou o reconhecimento internacional da sua causa, na luta em defesa da floresta e de seus povos.

Não deve ser esquecida, nesse contexto, a importância crescente que as questões ambientais vêm assumindo, internacional e nacionalmente. Essa conjugação de circunstâncias fez com que as populações tradicionais recebessem apoio nacional e internacional dos diversos movimentos que apontavam a necessidade da manutenção dos recursos naturais.

Anexação

O processo de incorporação do Acre ao Brasil decorreu do desbravamento de populações do Nordeste, que o povo arame o fizeram produtivo, repetindo a proeza dos bandeirantes de São Paulo, que partiram em expedições para o interior nos séculos XVI e XVII. No caso do Acre, foram as secas nordestinas e o apelo econômico da borracha - produto que no final do século XIX alcançava preços altos nos mercados internacionais - que motivaram a movimentação de massas humanas oriundas do Nordeste, para aquela região amazônica. Datam de 1877 os primeiros marcos de civilização efetiva ocorrida no Acre, com a chegada dos imigrantes nordestinos que iniciaram a abertura de seringais. Até então, o Acre era habitado apenas por índios não aculturados, uma vez que a expansão luso-brasileira ocorrida na Amazônia durante o período colonial, não o havia alcançado. A partir dessa época, no entanto, a região tornou-se ativa frente pioneira, que avançou pelas três vias hidrográficas existentes: o rio Acre, o Alto-Purus e o Alto-Juruá.

O território do Acre pertencia à Bolívia até o início do século XX, embora desde as primeiras décadas do século XIX a maioria da sua população fosse formada por brasileiros que exploravam os seringais e não obedeciam à autoridade boliviana, formando, na prática, um território independente e exigindo a sua anexação ao Brasil. Em 1899, na tentativa de assegurar o domínio da área, os bolivianos instituíram a cobrança de impostos e fundaram a cidade de Puerto Alonso, hoje Porto Acre. Os brasileiros revoltaram-se com tal providência, o que resultou na disseminação de vários conflitos, que somente terminaram com a assinatura, em 17 de novembro de 1903, do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil adquiriu, em parte por compra e em parte pela troca de pequenas áreas nos Estados do Amazonas e Mato Grosso, o futuro território e depois Estado do Acre.

Problemas de fronteira também existiram com o Peru, que reivindicava a propriedade de todo o Território do Acre e mais uma extensa área no Estado do Amazonas, tendo tentado estabelecer delegações administrativas e militares na região do Alto-Juruá entre os anos de 1898 e 1902, e do Alto-Purus entre 1900 e 1903. Os brasileiros, no entanto, com seus próprios recursos, forçaram os peruanos a abandonar o Alto-Purus em setembro de 1903. Com base nos títulos brasileiros e nos estudos das comissões mistas que pesquisaram as zonas do Alto-Purus e do Alto-Juruá, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores na época, propôs ao Governo do Peru o acerto de limites firmado a 8 de setembro de 1909. Com este ato completou-se a integração política do Acre à comunidade brasileira.

Pelo exposto, podemos afirmar que a Didática, enquanto disciplina, se preocupa com as relações interpessoais dos sujeitos no processo educativo, com a organização técnico-metodológica do processo de ensino e com a aprendizagem e a intencionalidade política da educação. É essencialmente o estudo de como ensinar para um melhor aprender (aspecto técnico); do por que ensinar, dependendo da concepção de homem e de sociedade que se tem (aspecto filosófico); e do para quê ensinar (aspecto político), pautado nas finalidades e intencionalidades sociopolíticas da educação.

Também ressalta Libâneo que o trabalho docente, isto é, a efetivação da tarefa de ensinar, é uma modalidade de trabalho pedagógico e dela se ocupa a Didática. Nessa tarefa, a Didática recebe contribuições de outras disciplinas, tais como: Filosofia da Educação, Teoria da Educação e Teoria de Organização Escolar, dentre outras.

Fundamenta-se nas ciências do comportamento e, de modo especial, na Biologia e na Psicologia da Educação, através das pesquisas experimentais.

— A didática e a formação do profissional da educação

O Papel da Didática na Formação dos Professores

Para iniciar, destaca-se o que se entende por educador. Para tanto, recorre-se a Luckesi, explicando que o educador é o profissional que se dedica à atividade de, intencionalmente, criar condições de desenvolvimento de condutas desejáveis, seja do ponto de vista do indivíduo, seja do ponto de vista do grupamento humano.

O autor caracteriza o professor como sendo aquele que passa por um processo formal de aquisição de conhecimentos e habilidades, garantidos por uma instituição oficial para o magistério, através de processos de aprendizagem estruturados².

Esse profissional, ao assumir o seu mister, terá de fazer opções teóricas, tais como: filosóficas-políticas, pela libertação; nortear a sua prática no sentido de criar modos de compreensão do mundo e adotar procedimentos metodológicos compatíveis com essas opções, realizando uma prática democrática, comprometida ideológica e efetivamente.

Luckesi, referindo-se à formação do educador, declarou que formar o educador, a meu ver, seria criar condições para que o sujeito se prepare filosófica, científica, técnica e afetivamente para o tipo de ação que vai exercer. Para tanto, serão necessárias não só aprendizagens cognitivas sobre os diversos campos de conhecimento que o auxiliem no desempenho do seu papel, mas, especialmente, o desenvolvimento de uma atitude, dialeticamente crítica, sobre o mundo e sua prática educacional.

O educador nunca estará definitivamente “pronto”, formado, pois que a sua preparação, a sua maturação se faz no dia a dia, na meditação teórica sobre a sua prática.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, para a formação inicial e continuada do professor da Educação Básica, promulgadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, em 2015, coloca uma atenção especial na proposta de integração entre teoria e prática, trazendo recomendações de um desenho curricular para os cursos de licenciaturas, nos quais os professores sejam formados em condições de construir uma nova escola, visando a inserção de um aluno do século XXI.

² LIMA VERDE, Eudóxo Soares. *Didática e seu objeto de estudo*. Teresina: EDU-FPI, 2019.

O exercício da docência, na educação básica e no ensino superior, exigirá desse novo professor uma formação de base sólida de conhecimentos no campo específico e no campo pedagógico. No campo pedagógico, a Didática, que tem como objeto de estudo o ensino e aprendizagem, enquanto área da Pedagogia, articulada com outras disciplinas que se ocupam da educação como, Filosofia, Sociologia História, e Psicologia, dentre outras, contribuirá de forma significativa para a formação desse professor.

Professor: perfil e saberes docentes

Os filósofos gregos são considerados os primeiros professores do mundo. No Brasil, consideramos como primeiro professor o Padre José de Anchieta, que, após desembarcar no país, em de 1553, começou a ministrar aulas para os índios.

O professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros. No entanto, as transformações advindas do processo de globalização e do quadro educacional, bem como as atuais exigências socioculturais suscitaram mudanças no perfil docente, passando esse a ser um mediador de conhecimentos e gestor de aprendizagens, apresentando novas atitudes e comportamentos perante a sociedade e à sua prática docente.

Os professores, embora trabalhem em grupos, devem atingir os indivíduos que os compõem porque são os indivíduos que aprendem. A disposição do professor para conhecer seus alunos como indivíduos deve estar impregnada de sensibilidade e de discernimento a fim de evitar as generalizações excessivas e de afogar a percepção que ele tem dos indivíduos em um agregado indistinto e pouco fértil para a adaptação de suas ações.

Assim, na atualidade, necessitamos de um professor que, não formado nessa perspectiva, busque se construir como intelectual, pesquisador de sua própria prática e do conteúdo que desenvolve, o que reitera a necessidade da formação continuada e em serviço, porque, o professor precisa mobilizar um vasto cabedal de saberes e habilidades, porque sua ação é orientada por diferentes objetivos: emocionais, sociais, cognitivos, coletivos.

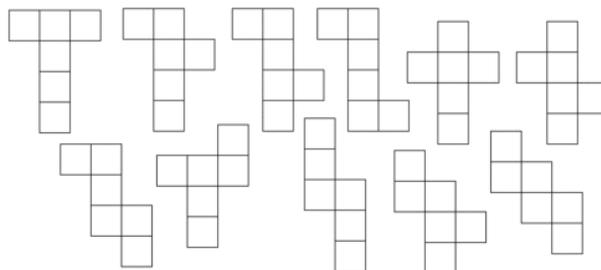
O exercício da profissão ganha mais qualidade se o professor conhece bem o funcionamento do sistema escolar (as políticas educacionais, as diretrizes legais, as relações entre a escola e a sociedade, etc.) e das escolas (sua organização interna, as formas de gestão, o currículo, os métodos de ensino, o relacionamento professor-aluno, a participação da comunidade, etc.) e aprende a estabelecer relações entre essas duas instâncias.

Em suma, o professor ideal é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia, e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos.

O exercício profissional do professor, no sentido de contribuir com o funcionamento da escola, compreende, ao menos, três atribuições: a docência, a atuação na organização e na gestão da escola, e a produção de conhecimento pedagógico.

A docência é uma profissão, sendo necessária uma formação própria, para cujo exercício não basta adquirir conteúdos específicos, mas que inclua conhecimentos específicos e pedagógicos, o que exige bem mais do que conhecimento de um conteúdo exclusivo. As atividades inerentes à docência envolvem relação professor/aluno, questões metodológicas, planejamento de aula, de curso, curricular, utilização de novas tecnologias no ensino, elaboração e implementação de instrumentos de avaliação, participação na

Abaixo temos as planificações do cubo. O cubo possui 11 planificações diferentes

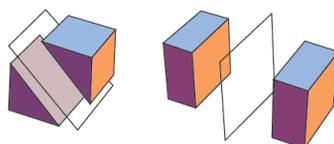


Simetria de cubos

Os cubos e os demais poliedros de Platão são simétricos. Esse fato levou os geômetras a estudar as várias simetrias do cubo e outras figuras tridimensionais.

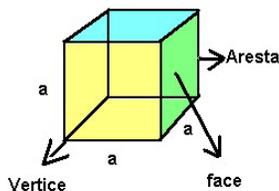
Imagine um bolo em formato cúbico; há várias maneiras de, com um único corte, decompor esse bolo em dois pedaços iguais.

Para saber onde e como fazer o corte, podemos imaginar um plano, que funciona como um espelho que permite visualizar o cubo espelhando apenas uma de suas metades.



Elementos do cubo

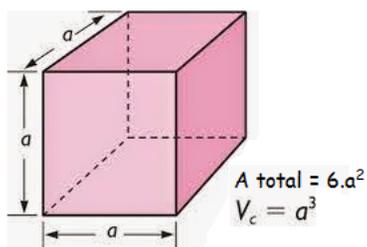
O cubo é formado pelas arestas, faces e vértices.



Área e volume do cubo

A área do cubo é dada pela área do quadrado, como são 6 faces quadradas temos: $6a^2$.

O volume do cubo é dado pela multiplicação das suas arestas conforme mostra a figura: $a \cdot a \cdot a = a^3$.



ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES EM MALHA QUADRICULADA E FORNECIMENTO DE INSTRUÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE UM OBJETO OU PESSOA NO ESPAÇO USANDO TERMINOLOGIA PRÓPRIA

MALHA QUADRICULADA

As malhas nada mais são que diversas variações e deformações possíveis do papel quadriculado, e sua função é ajudar o aluno na observação das formas geométricas e nos desenhos que ele fará a partir das propriedades da figura que observou.

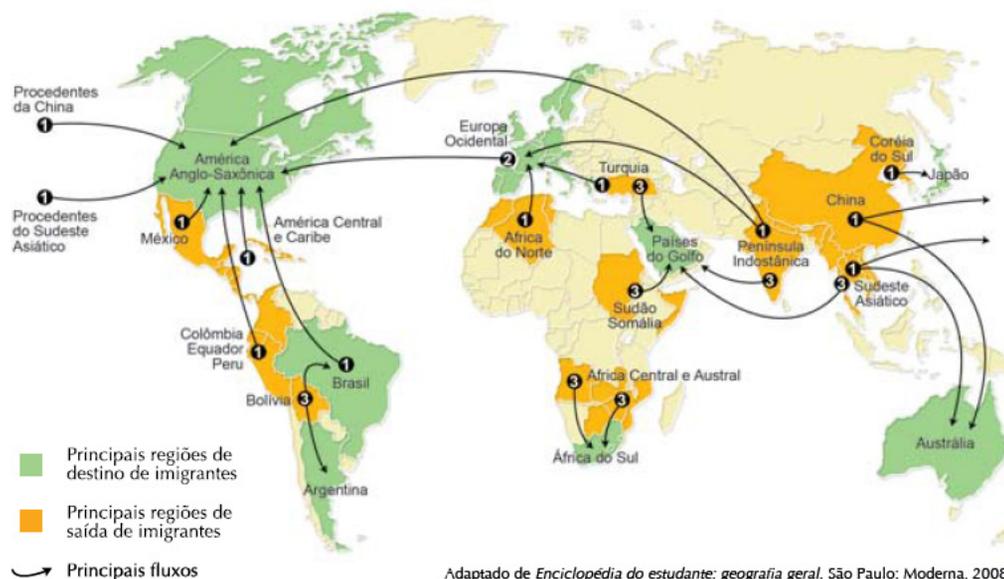
As malhas podem ser utilizadas desde as séries iniciais, proporcionando aos alunos a oportunidade de familiarizar-se com os desenhos e mosaicos, as formas geométricas, as ampliações e reduções de figuras (proporcionalidade), a simetria, o conceito de área e volume e o ladrilhamento formado por motivos geométricos”.

O êxodo rural é outro tipo comum de deslocamento populacional, envolvendo a migração de áreas rurais para áreas urbanas. Já a migração intraurbana é um deslocamento de curta distância, de uma cidade para outra. O nomadismo é uma prática em que as pessoas não têm uma habitação fixa e vivem mudando de residência, sendo comum em regiões como a Ásia e o norte da África.

A migração de retorno é outro tipo de migração, envolvendo o regresso dos imigrantes à região ou ao país de origem, como ocorreu com muitos brasileiros que residiam nos Estados Unidos e retornaram ao Brasil durante a crise econômica de 2007.

As migrações são motivadas por diversas causas, como questões econômicas, políticas, desastres naturais, conflitos militares e motivos religiosos. Esses movimentos populacionais impactam tanto o lugar de origem quanto o de destino, e podem ocorrer de forma legal ou ilegal, com o imigrante podendo ser um refugiado ou requerente de asilo.

Principais fluxos migratórios no final do século XX e início do século XXI



Os deslocamentos populacionais ocorrem quando um grande número de pessoas se movimenta de um lugar para outro, seja dentro do mesmo país ou para outro país. Esses deslocamentos podem ser motivados por diversos fatores, como conflitos armados, desastres naturais, busca por emprego, estudo, melhor qualidade de vida ou até mesmo para reunir-se com familiares que já se encontram em outro lugar.

Tipos de deslocamentos

- Espontâneos - deslocamentos voluntários
- Forçados - motivados por perseguições políticas, étnicas ou religiosas
- Tutelados - países que controlam a entrada de pessoas
- Por interesses econômicos dos países desenvolvidos - nações economicamente prósperas que necessitam de mão de obra de alta especialização para determinados setores tecnológicos

No caso dos deslocamentos forçados, as pessoas muitas vezes são obrigadas a deixar suas casas e suas terras em busca de segurança e proteção. Isso pode ocorrer em casos de conflitos armados, perseguições políticas, étnicas ou religiosas, ou desastres naturais. Essas pessoas muitas vezes são chamadas de refugiados e requerem proteção e assistência especial das autoridades governamentais e organizações internacionais.

Já os deslocamentos voluntários são motivados por razões pessoais e muitas vezes ocorrem em busca de melhores oportunidades, como trabalho, estudo ou qualidade de vida. Esses deslocamentos podem ocorrer dentro do mesmo país, como é o caso da migração de trabalhadores de áreas rurais para áreas urbanas, ou entre países, como a imigração de pessoas de países mais pobres para países mais desenvolvidos em busca de melhores condições de vida.

Consequências dos deslocamentos

Os deslocamentos populacionais têm impactos significativos tanto para as pessoas que se deslocam quanto para as comunidades de origem e de destino. Esses impactos podem ser positivos, como o enriquecimento cultural e econômico, ou negativos, como o aumento da pressão sobre os serviços públicos, conflitos culturais e sociais e a degradação do meio ambiente.